

Ascensão, declínio e recuperação relativa: o desempenho do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais no Mato Grosso do Sul (1982-2024)

 <https://doi.org/10.47236/2594-7036.2026.v10.2295>

Giovani Butarelli¹
Marcos Antonio da Silva²

Data de submissão concluída: 25/6/2026. Data de aprovação: 25/8/2026. Data de publicação: 22/9/2026.

Resumo – Este trabalho analisa a dinâmica eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais em Mato Grosso do Sul (1982 a 2024). Para tanto, discute os principais elementos do sistema partidário brasileiro e suas reconfigurações contemporâneas. Em seguida, analisa o desempenho eleitoral municipal do partido no cenário nacional, indicando seu período de contínuo crescimento e declínio eleitoral recente. Por fim, apresenta a trajetória eleitoral do partido nos pleitos municipais do estado, discutindo as semelhanças e diferenças com o desempenho nacional e indicando que seu melhor desempenho ocorreu durante o período em que ocupou a governadoria estadual.

Palavras-chave: Eleições municipais. Partido dos Trabalhadores. Partidos políticos. Política sul-mato-grossense.

Rise, decline, and relative recovery: the performance of the Workers' Party (PT) in municipal elections in Mato Grosso do Sul (1982-2024)

Abstract – This paper analyzes the electoral dynamics of the Workers' Party (PT) in municipal elections in Mato Grosso do Sul between 1982 and 2024. To this end, it discusses the main elements of the Brazilian party system and its contemporary reconfigurations. Next, it analyzes the party's municipal electoral performance in the national context, indicating its period of continuous growth and recent electoral decline. Finally, it presents the party's electoral trajectory in the state's municipal elections, discussing the similarities and differences with national performance and indicating that its best performance occurred during the period it held the state governorship.

Keywords: Municipal elections. Workers' Party. Political parties. Politics of Mato Grosso do Sul.

Auge, declive y recuperación relativa: el desempeño del Partido de los Trabajadores (PT) en las elecciones municipales de Mato Grosso do Sul (1982-2024)

Resumen – Este trabajo analiza la dinámica electoral del Partido de los Trabajadores (PT) en las elecciones municipales de Mato Grosso do Sul entre 1982 y 2024. Para ello, discute los principales elementos del sistema de partidos brasileño y sus reconfiguraciones contemporâneas. Luego, analiza el desempeño electoral municipal del partido en el escenario nacional, indicando su período de crecimiento continuo y

¹ Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.  giovani.butarelli@gmail.com  <https://orcid.org/0000-0003-4214-0637>  <http://lattes.cnpq.br/0912281071840368>.

² Doutor em Estudos sobre a Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.  marcossilva@ufgd.edu.br  <https://orcid.org/0000-0003-1196-2814>  <http://lattes.cnpq.br/8590672637571334>.

su reciente declive electoral. Finalmente, presenta la trayectoria electoral del partido en las elecciones municipales del estado, discutiendo las similitudes y diferencias con el desempeño nacional e indicando que su mejor desempeño se produjo durante el período en que ocupó la gubernatura del estado.

Palabras clave: Elecciones municipales. Partido de los Trabajadores. Partidos políticos. Política de Mato Grosso do Sul.

Introdução

As disputas eleitorais são indispensáveis para as democracias contemporâneas e mobilizam toda a sociedade em torno de políticas e suas razões e emoções. Contudo, não é possível falar sobre essas sem abordar a centralidade dos partidos políticos, que se apresentam como representantes dos interesses da sociedade nos sistemas políticos (Schumpeter, 1984; Sartori, 1982; Mair, 2003; Panebianco, 2005; Souza, 2023; Bolognesi et al., 2025; Tarouco, 2024). Desta forma, os partidos são fundamentais para a dinâmica democrática e estruturam os sistemas políticos e partidários que organizam e impulsionam a disputa eleitoral.

No caso brasileiro, podemos apontar que os atuais partidos e o sistema partidário brasileiro apresentam uma dinâmica instigante, uma diversidade associada a uma fragmentação relativamente intensa que apresentando, desde o fim da ditadura militar, uma série de alinhamentos e reconfigurações que estão associadas às transformações do sistema político brasileiro e às dinâmicas e crises da democracia no país.

Desse modo, embora marcado pela diversidade e por uma relativa estabilidade, em que se destacam diversos partidos médios, vale observar que, dentre os partidos do sistema partidário brasileiro, o Partido dos Trabalhadores (PT) ocupa um lugar de destaque nas disputas eleitorais, derivado em grande medida, de seu desempenho nas eleições presidenciais, pois é, até o momento, o partido que mais elegeu presidente da República (2002, 2006, 2010, 2014 e 2022), que tem um bom desempenho nas eleições legislativas para o Congresso Nacional e relativo destaque nas eleições estaduais em algumas regiões do país. Além disso, outras razões de ordem ideológica, organizacional e de desenvolvimento de políticas públicas parecem realçar a importância do partido no quadro partidário brasileiro.

É importante apontar que a literatura destaca que o PT foi organizado no final da década de 1970 sob um cenário político e social marcado pelo enfrentamento de diversos setores da sociedade civil, ao regime militar, sendo que esses lutavam tanto pela democracia quanto por direitos sociais. No entanto, o partido foi fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo (SP) como resultado da confluência de diversos grupos que se mobilizaram pela organização de um partido distinto na política nacional, dentre estes: líderes do novo sindicalismo da região do ABCD paulista e as novas lideranças sindicais que surgiam em todo o país, católicos progressistas, intelectuais, alguns políticos ligados ao MDB, exilados políticos que retornavam para o Brasil e suas inúmeras organizações (Meneguello, 1989; Keck, 1991; Barros, 2022; Gadotti, Pereira (1989); Secco, 2018; Ribeiro, 2008; Fontes, Pomar, 2025).

Após sua oficialização, se espalhou pelo Brasil e, dois anos depois (1982), disputou sua primeira eleição, sendo que, na ocasião, elegeu 8 deputados federais, 12 deputados estaduais, 117 vereadores e 2 prefeitos. Desde a sua primeira disputa, o PT apresenta bons resultados e se destaca como um dos principais partidos nas eleições brasileiras, tanto nacionais como municipais. Assim, desde a sua formação,

o partido tem sido objeto de pesquisa seja pela sua formação como novidade política, por seu desempenho eleitoral, por suas relações com os movimentos sociais ou pelo desenvolvimento de políticas públicas. Autores como Ribeiro (2008) e Menegozzo (2013), dentre outros, apontam que o PT é a agremiação política brasileira mais estudada, porém, inúmeros elementos e questões relacionados ao partido, suas dinâmicas e crises, ainda carecem de estudos e análises.

Nesse sentido, a dinâmica política e eleitoral do PT nos estados da federação ainda é uma temática que pode ser aprofundada, afinal, apesar de alguns trabalhos como o de Oliveira Thomas (2018) e Borges (2024), dentre outros, é possível assinalar a ausência de estudos havendo necessidade de estudos que enfoquem novas dimensões nos estados relacionadas aos temas ou agendas de sua formação, organização, trajetória histórica e política com suas transformações, seus desafios, dinâmica eleitoral e a interação disso com a dinâmica nacional do partido. No caso de Mato Grosso do Sul, apesar das análises incipientes sobre os partidos e a questão eleitoral, vale destacar que o PT possui uma relevância política e eleitoral derivada, em grande medida, do fato de ter eleito o governador do estado em 1998 e 2002, um senador da República em 2002 e 2010, e de eleger, de forma contínua, vários deputados federais e estaduais, sendo um dos partidos com desempenho eleitoral significativo no estado.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é compreender a dinâmica eleitoral do PT nas eleições municipais em Mato Grosso do Sul (1982-2024), procurando analisar sua dinâmica local e, principalmente, sua interação com o desempenho do partido nas eleições municipais de todo o país, considerando tanto o período de ascensão como o de retraimento recente, que vem ocorrendo em algumas unidades da federação. Para tanto, utilizamos as principais referências bibliográficas sobre partidos e sistema partidário brasileiro e, principalmente, os dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MS).

Além desta introdução e da conclusão, o trabalho está organizado em duas seções. Na primeira, discutimos alguns elementos do sistema partidário brasileiro contemporâneo, considerando seus realinhamentos e reconfigurações, e os resultados eleitorais do PT nas disputas municipais em âmbito nacional, apontando seu crescimento contínuo e declínio recente. Na segunda, abordamos os resultados nos pleitos municipais no contexto estadual, comparando o desempenho eleitoral de Mato Grosso do Sul com a trajetória nacional, e apontamos elementos fundamentais que nos permitem compreender sua importância na dinâmica política e eleitoral local.

A dinâmica eleitoral do PT nas eleições municipais no Brasil: do crescimento contínuo ao retraimento recente

O sistema partidário brasileiro sofreu, desde o final da ditadura militar, algumas alterações e realinhamentos, derivados da dinâmica política do país e do desenvolvimento errático da democracia brasileira, conformando seu formato atual como apontam, dentre outros, Mainwaring (2002), Fleischer (2007), Nicolau (2020), Braga (2010), Carreirão (2014) e Melo (2006, 2012, 2022), Taliberti (2024), Bolognesi (2024) e Silva (2026).

Desde então, o sistema partidário brasileiro deixou de ser bipartidário e se reconfigurou com um multipartidarismo marcado pela fusão e/ou criação de partidos, indicando uma volatilidade que desafia a análise e sua compreensão, e que, recentemente, parece caminhar para uma nova reconfiguração (Melo, 2022). Dessa forma, os atuais partidos políticos e o sistema partidário nacional são resultado de dois realinhamentos importantes que conduziram ao multipartidarismo e, principalmente, a

uma relativa estabilidade, entre os anos 1990 e 2018, que, atualmente, parece se reconfigurar com o esgotamento da centro-direita histórica (PMDB e PSDB)³, o encolhimento eleitoral da centro-esquerda, a consolidação do Centrão⁴ e a emergência da extrema-direita.

O primeiro realinhamento refere-se à desconstrução da lógica bipartidária, herdada do período autoritário e que foi, finalmente, substituída por uma dinâmica multipartidária, com resultados eleitorais e uma representação política cada vez mais diversa e, até certo ponto, fragmentada. Observa-se, tanto no plano nacional como local, que o predomínio inicial de PMDB (que manterá relativa força ao longo dos anos) e PDS, que irá se enfraquecer e será substituído pelo PFL, depois DEM (hoje, União Brasil), cedeu espaço a outros partidos tanto no Poder Legislativo como no Executivo, em que se destacaram PSDB e PT, que, por possuírem os candidatos presidenciais mais competitivos, se consolidaram como principais forças políticas até recentemente⁵, mas em que também aparecem PTB, PP e PDT, dentre outros.

Já a segunda reconfiguração ocorre dentro de cada espectro ideológico do sistema partidário (direita, centro e esquerda). Será marcada pela emergência e afirmação de determinadas agremiações em cada campo do espectro político, que irão manter ou ampliar o bom desempenho eleitoral, algo que se manterá, pelo menos, até a eleição de 2018 e que vem sofrendo, atualmente, novas alterações, em especial no centro e na direita.

Assim, os deslocamentos de cada espectro político, embora seja importante ressaltar que as eleições tendem a conduzir os partidos para posições mais moderadas e centristas (caso do PT, dentre outros), fizeram com que, à direita, ocorresse a afirmação do DEM (ex-PFL), que suplantou o PDS identificado com o regime autoritário, e, em menor medida, a ascensão de PTB e PP (pelo menos no plano federal e até certo momento), além de, na atualidade, a consolidação do Centrão e de novos partidos de direita (PL). No centro, observa-se o desempenho do PMDB mais forte nos anos 1980 e com lento declínio, ou seja, relativamente estável, bem como o crescimento do PSDB, que, em várias ocasiões, ameaçou a liderança peemedebista, mas que, a partir do frágil desempenho presidencial recente, se enfraqueceu. Por fim, no que se refere à esquerda, tem-se a consolidação do PT como partido hegemônico nesse espectro, substituindo o PDT (que, sob a liderança de Leonel Brizola, havia tido um desempenho importante nos anos 1980), e uma ascensão limitada do PSB. Tal hegemonia, embora não esteja esgotada, parece se aproximar de um impasse, pois esteve associada ao desempenho no ciclo presidencial, e sua principal liderança, Lula, encontra-se cada vez mais envelhecido.

A mudança do bipartidarismo para o multipartidarismo e o predomínio de alguns partidos na direita, no centro e na esquerda, embora tenham suas especificidades

³ PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

⁴ De acordo com Bezerra e Vieira (2022), Centrão se refere ao bloco suprapartidário sinônimo de fiel da balança para a governabilidade e de crise nos anos recentes de nossa democracia. “O termo ‘centrão’ surge durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-88 como uma resposta à Comissão de Sistematização, a partir da reação de parlamentares organizados contra as deliberações da comissão” (Bezerra; Vieira, 2022, p. 2).

⁵ Nesse sentido, Melo (2012, p. 14) aponta que “[...] procura-se mostrar como as eleições presidenciais tornaram-se o ‘ponto de amarração’ do atual sistema. Tomando como ponto de partida as estratégias disponíveis aos líderes em uma competição na qual as eleições para a Presidência da República, para os governos estaduais e para o Congresso Nacional encontram-se aninhadas, o texto explica por que PT e PSDB foram os únicos partidos capazes de priorizar a arena presidencial e como os demais atores passaram a se relacionar com o governo central escolhendo, para tanto, rotas alternativas”.

regionais, ocasionou um sistema partidário relativamente estável, com destaque para sete partidos políticos: PMDB, PSDB, PT, DEM (ex-PFL), PP (ex-PPB), PDT e PTB. Tais partidos elegeram a maioria dos representantes dos poderes Legislativo e Executivo no período e determinaram uma relativa estabilidade⁶. Nesse sentido, Melo (2006, p. 158) afirma que, “transcorrida a década de 1990, é possível dizer que as evidências disponíveis permitem falar de uma estabilização apenas relativa do sistema partidário nacional”.

No entanto, o retraimento eleitoral da esquerda, o enfraquecimento da centro-direita histórica (MDB e PSDB) e a ascensão eleitoral do Centrão e da nova direita parecem indicar que estamos diante de uma nova reconfiguração dos partidos e do sistema partidário brasileiro, alterando a estabilidade das duas últimas décadas, como argumenta Melo (2022). Para o autor, a fragmentação partidária evidente em todos os níveis do Poder Legislativo (municipal, estadual e nacional), o poder dos partidos médios e a necessidade de coalizões cada vez mais amplas para a estabilidade do Executivo já eram sinais da fragilidade da estabilidade do sistema partidário.

Porém, a partir de 2013, dois elementos vieram promover uma nova reconfiguração, ainda em curso, dos partidos e sistema partidário: a crise política⁷ (e seu longo desdobramento e efeitos) e as inúmeras alterações da legislação eleitoral (fim das coligações, fundo eleitoral e campanhas, cláusula de desempenho, fim da cláusula de barreira, federações...) contribuíram para a desorganização da centro-direita (PSDB e MDB), a fragilização da esquerda (PT, PDT e PSB) e a ascensão do Centrão (PSD, PP, PL...) e do bolsonarismo, que, no entanto, ainda não conseguiu se consolidar como partido (PSL ou PL).

Isso nos leva, portanto, ao atual cenário em que os partidos e o sistema partidário estariam passando por uma nova reconfiguração e, nesse momento, predominam tendências e elementos associados a incertezas, instabilidades e à polarização, como temos observado nas últimas eleições. Nesse sentido, Melo (2022) indica que

O período que se seguiu às manifestações de 2013, culminando com a eleição presidencial de 2018, abriu um cenário de crise e incerteza. Sistemas partidários se definem pelo padrão de interação entre seus componentes. É nesse sentido que se pode dizer que o sistema partidário que girava em torno de PT, PSDB e MDB não existe mais. Apenas o PT manteve a condição de protagonista e resistiu à maré que, sob o pretexto de varrer a corrupção e refundar a política brasileira, deu asas à antipolítica e permitiu que a Presidência da República fosse capturada por uma liderança despreparada, reacionária e autoritária. [...] Mas, não é possível dizer que tipo de sistema será esse, se alcançará um nível razoável de estabilidade, qual será o padrão de interação entre os principais protagonistas ou mesmo quais serão eles. A melhor possibilidade está em uma recomposição da dinâmica anterior, entre os blocos de centro-esquerda e centro-direita. Mas não é possível descartar a chance de que a extrema-direita se mantenha como ator relevante e

⁶ Isso converge com Ferreira, Batista e Stabile (2008, p. 446), que também apontam que, “porém, dispomos de dados que nos permitem afirmar que PMDB, PT, DEM, PSDB, PP, PDT e PTB têm conquistado, entre 1982 e 2006, a maioria expressiva dos votos nas eleições para a Câmara de Deputados (82,6%), Assembleias Legislativas (78,4%), Governador (91,1%) e Senador (83,6%), sendo, portanto, os partidos mais bem sucedidos no mercado eleitoral”.

⁷ Em 2013, começaram os protestos populares conhecidos como “Jornadas de Junho”, que colocou o PT como principal alvo de críticas e influenciaram na diminuição da popularidade de Dilma. Nos anos seguintes, a Operação Lava Jato, da Polícia Federal, e as ações do então juiz Sérgio Moro, deixaram o PT como o principal responsável pela corrupção do país, criando, em muitos, o sentimento antipetismo. No dia 17 de abril de 2016, os deputados aprovaram a abertura do processo de *impeachment* e, meses depois, Dilma foi condenada e deixou a presidência. Ainda, Lula foi preso em 2018 e impedido de disputar as eleições.

contamine o processo político com sua intolerância e intransigência. Nesse caso, a própria democracia estaria ameaçada (Melo, 2022, p. 89).

Além disso, é necessário destacar, para compreender a configuração do sistema partidário brasileiro e o desempenho do PT e PSDB, a influência do ciclo eleitoral presidencial, que irá propiciar a consolidação das agremiações que conseguiram apresentar candidatos mais competitivos (e demonstrar a presença de lideranças políticas expressivas) ou de partidos que serão fundamentais para a composição de coligações ou avalistas do “presidencialismo de coalização” brasileiro, pois, como aponta Melo (2012),

Não obstante, o sistema partidário nacional, a partir dos anos 1990, obteve evidentes ganhos em estabilidade – o espaço da competição foi redefinido e logo se firmou um padrão na interação entre os partidos. Tal evolução, como se viu, encontra-se estreitamente vinculada ao fato de que PT e PSDB lograram se firmar como alternativas de *policies* ao longo do ciclo de eleições presidenciais. A explicação apresentada para tal fato ancorou-se tanto nas características dos dois partidos – capacidade de formulação política, apresentação de candidaturas competitivas e grau mínimo de unidade em torno destes pontos – como no efeito da dependência de trajetória sobre o ciclo eleitoral: neste sentido, 1989 e 1994 foram analisados como eventos capazes de exercer forte influência sobre as decisões, de eleitores e/ou de partidos, que seriam tomadas no período posterior. Uma vez definidos os principais competidores na arena presidencial, os demais atores passaram a estabelecer suas estratégias, priorizando as eleições para os governos estaduais ou simplesmente a montagem de chapas competitivas nas eleições proporcionais (Melo, 2012, p. 36).

Por fim, vale assinalar que as eleições municipais possuem lógica e complexidade próprias, em que interagem esses e outros fatores, revelando a autonomia do eleitor e o desempenho eleitoral dos partidos, pois, como relembra Couto et al. (2013),

Essa independência da decisão do voto para diferentes pleitos se deve ao fato de que os cidadãos consideram que as eleições têm agendas diferentes, e não necessariamente intercambiáveis. Assim, o eleitor quer saber o que os candidatos a prefeito farão com suas cidades, e os presidenciáveis, para o país. Isso vale para a premiação e punição dos postulantes à reeleição. É por isso que o mesmo cidadão pode votar em partidos diferentes para pleitos distintos, considerando, por exemplo, que a legenda mereça seu voto para o plano municipal e não deva recebê-lo para a disputa federal ou estadual. Ademais, muita coisa acontece entre os dois pleitos, afetando não só as preferências dos eleitores, como as estratégias de partidos e lideranças (Couto et al., 2013, p. 193-194).

A partir desses elementos, podemos compreender melhor a trajetória eleitoral do PT nas eleições municipais brasileiras, a qual começa em 1982, quando o partido disputa sua primeira eleição, muito relevante no processo de transição do regime militar, pois foi o primeiro grande pleito nacional, desde a reforma partidária do final dos anos 1970. Isso representou uma inflexão importante na chamada “abertura política” ao restabelecer a disputa direta para cargos executivos estaduais e ampliar significativamente o espaço institucional da oposição (Butarelli, 2023).

Desde o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o regime militar conduziu um processo de abertura política denominado “lenta, gradual e segura”, buscando controlar a transição sem perder o domínio sobre o sistema político. Um marco desse processo foi a extinção do bipartidarismo em 1979, com o fim da ARENA e do MDB, permitindo a reorganização partidária e o surgimento de novas legendas, entre elas,

o PT, o PDT e o PTB. Contudo, a abertura não representou uma democratização plena, pois foi condicionada por regras institucionais elaboradas pelo próprio regime para limitar a competição política.

Segundo Meneguello (1989), o governo adiou as eleições municipais de 1980 para 1982, realizando-as simultaneamente às eleições estaduais, estratégia que favorecia o PDS, sucessor da ARENA, especialmente nos pequenos municípios. Embora as eleições de 1982 tenham representado a primeira experiência do novo multipartidarismo em escala nacional, diversas restrições permaneceram, como a nomeação de prefeitos em áreas consideradas de segurança nacional. Outra medida importante foi a adoção do voto vinculado, que obrigava o eleitor a votar em candidatos de um mesmo partido para todos os cargos, sob pena de anulação do voto. Essa regra favorecia os partidos mais estruturados, particularmente o PDS, que possuía maior capilaridade organizacional e força eleitoral (Barreto, 2009).

Nesse contexto, as eleições de 1982 constituíram não apenas uma disputa eleitoral, mas também um teste de sobrevivência e institucionalização para os novos partidos. Para o PT, o pleito representou sua primeira experiência nacional relevante, resultando na eleição de dois prefeitos e 118 vereadores. A partir desse momento, o partido iniciou uma trajetória de crescimento contínuo nas eleições municipais, consolidando sua presença política, ainda que tenha enfrentado, nas últimas décadas, um processo de retração relacionado a crises internas, mudanças no sistema partidário e o fortalecimento de forças políticas de centro e direita.

Diante disso, é possível observar a sua trajetória eleitoral municipal do partido na tabela 1:

Tabela 1 – Quantidade de prefeitos e vereadores eleitos pelo PT no Brasil

Eleições	1982	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024
Prefeito(a)	2	36	54	111	187	411	560	636	256	182	252
Variação	-	+35	+18	+57	+76	+224	+150	+76	-380	-74	+70
Vereadores	118	900	1100	1895	2485	3679	4168	5067	2815	2665	3128
Variação	-	+782	+200	+795	+590	+1.194	+489	+889	-2252	-150	+463

Fonte: TSE; elaboração dos autores (2026)⁸

Como demonstra o quadro, a trajetória petista nos pleitos municipais apresenta dois momentos bem evidentes: o primeiro, desde sua origem até 2012, é de constante crescimento e ampliação do número de prefeituras (de 2 a 636 em 2012) e de vereadores (de 118 a 5067 em 2012); e o segundo, marcado por seu retraimento eleitoral tanto em termos de prefeitos (de 636 para 182 em 2020) como de vereadores (de 5067 a 2665 em 2020). Além disso, constata-se uma relativa recuperação em 2024, a qual pode indicar (ou não) um reposicionamento do partido e que somente os próximos resultados poderão confirmar. De toda forma, em 2012, o PT atinge o ápice de crescimento eleitoral e 2020 representa, até o momento, o período de maior retraimento eleitoral municipal. Ainda, destaca-se que os maiores crescimentos percentuais nos números de prefeitos e vereadores eleitos se deram nos pleitos de 1988 e 2004.

A partir disso, fica evidenciada, novamente, a trajetória eleitoral petista, que apresenta, até aqui, dois momentos notórios como mencionamos: um de crescimento contínuo (entre 1982 e 2012) e outro, de retraimento (2012 a 2020), ficando em dúvida se o desempenho nas eleições municipais de 2024 representam uma recuperação

⁸ Parte da tabela foi apresentada na dissertação de mestrado de um dos autores, no caso, Butarelli (2023). Cf. referências.

momentânea ou a retomada do ciclo de crescimento eleitoral. Tais elementos parecem convergir com os estudos de partidos já mencionados, a saber, Mainwaring (2002), Fleischer (2007), Braga (2010) e Melo (2006 e 2022), também, com alguns estudos sobre o próprio PT, como os de Braga, Costa e Fernandes (2018), Secco (2018), Bezerra (2019), Fontes e Pomar (2025) e Barros (2022), dentre outros.

Em 1982, o PT elegeu 118 vereadores e conquistou 2 prefeituras: Diadema (SP), que se tornou uma prefeitura emblemática do partido; e Santa Quitéria do Maranhão (MA)⁹. As duas vitórias estavam ligadas às influências dos dois maiores grupos que colaboraram na formação do PT: sindicalistas e católicos; no entanto, também revelaram a estrutura organizacional incipiente e os desafios de sua novidade política-eleitoral, pois o partido elegeu apenas dois prefeitos em todo o Brasil (Butarelli, 2023). Já em 1985, o autor pontua que o Brasil enfrentava altas taxas de juros, desemprego, uma hiperinflação e vários escândalos de corrupção. Nesse passo, o PT lançou candidatos em todas as capitais através de um discurso menos radical que em 1982. Por outro lado, também fez uso dos meios de comunicação de massa para alcançar boa parte do eleitorado, logrando, como resultado, um aumento no número de votos em todas as capitais e a conquista de sua primeira capital, Fortaleza (CE), com Maria Luiza Fontenele (Keck, 1991). Ainda nessa década, em 1988, continuou seu processo de crescimento eleitoral nos pleitos municipais, pois conquistou 36 prefeituras e 900 vagas nas câmaras municipais, indicando a efervescência política do país e uma maior competitividade das agremiações de esquerda (Kinzo, 2004), o que, segundo Secco (2018), foi devido ao seu posicionamento na defesa dos direitos sociais na Assembleia Constituinte.

Nos anos 1990, o PT se tornou o maior partido da esquerda brasileira, superando o PDT e o PSB, mantendo um crescimento eleitoral contínuo. Kinzo (2004) sugere que o crescimento do PT se deu em razão de sua atuação como oposição aos governos supracitados, principalmente ao governo Collor, que estavam envolvidos em escândalos e dificuldades de apresentação de medidas políticas que melhorassem as condições sociais e econômicas do país, enquanto o PT se apresentava como um defensor da ética e articulador de políticas públicas.

Nesse período, o PT realizou boas administrações municipais, incorporando a participação popular nas decisões e políticas públicas, principalmente através da experiência do orçamento participativo. O partido se autointitulava como especialista em administração, pois assim o fazia, priorizando os interesses populares; por outro lado, paulatinamente, foi se tornando moderado em seu discurso e acomodado com as práticas eleitorais vigentes. Assim, tais fatos também podem ter contribuído para seu crescimento eleitoral (Carvalho, 2016; Bezerra, 2019).

No ano 2000, o PT elegeu os prefeitos de 6 capitais, bem como de 29 cidades com população acima de 200mil habitantes, afirmando uma crescente ascensão eleitoral do partido impulsionada pelo aprendizado eleitoral, pois, segundo Miguel e Machado (2007, p. 2), “o sucesso eleitoral impôs sua pedagogia aos petistas, que abandonaram o sectarismo dos primeiros anos. Em seu lugar, vieram o pragmatismo, a moderação, a acomodação com as práticas políticas vigentes¹⁰”. Por outro lado, Butarelli (2023) aponta que, se nos anos 1980 e 1990 o partido disputava eleições

⁹ Para Secco (2018, p. 54), “Diadema foi conquistada como resultado do impulso da gênese do partido no grande ABC. Já em Santa Quitéria do Maranhão, a vitória foi totalmente circunstancial e se deveu particularmente ao apoio do pároco local”.

¹⁰ Os autores citam que a “postura leninista inicial, que via nas eleições um momento de educação política e entendia o partido como um instrumento de intervenção permanente na vida social, aos poucos sai de cena, e o PT se torna, plenamente, um partido eleitoral” (Miguel; Machado, 2007, p. 29).

sozinho ou coligado apenas com os partidos de esquerda, a partir de 2000, optou por acordos políticos cada vez mais amplos, ampliando sua possibilidade de inserção eleitoral.

Além disso, concordamos com Fleischer (2007) ao apontar que

Os resultados das eleições municipais de outubro de 2000, de uma certa maneira, foram o prenúncio da reviravolta partidária nas eleições gerais de 2002. Na comparação com os pleitos de 1996 e 2000, a chamada 'esquerda' elegeu 790 prefeitos contra 741 em 1996. O PT cresceu de 111 para 187 prefeitos e o PPS de 32 para 166. Enquanto o PMDB, o PSB, o PDT e o PPB sofreram pequenos declínios, o PSDB, o PFL, o PTB e o PL aumentaram suas cotas de prefeitos. [...] Este crescimento talvez tenha sido um "prenúncio" dos resultados do pleito de 2002 (Fleischer, 2007, p. 327).

O crescimento observado até aqui tem continuidade e segue uma tendência evidente de ascensão entre 2004 e 2012. Entre as eleições de 2000 e 2004, o PT dobrou o número de prefeituras, dentre essas, de nove capitais, o que, segundo Cremonese (2005), explica-se pelos elementos que mencionamos anteriormente e a que agrega-se, agora, o fato de ser o detentor do Poder Executivo federal a partir de 2002. Apesar de algumas vitórias do PSDB e do PMDB por conquistarem o maior número de prefeituras e vagas nas câmaras municipais do país, tal crescimento é destacado, pois,

Analisando os números do primeiro turno, percebeu-se o expressivo crescimento do PT, que obteve a votação de 16,3 milhões (17,17% dos votos válidos). Em relação às eleições de 2000, o partido aumentou sua votação em 37,7%. Já no primeiro turno, ganhou a prefeitura de seis capitais e elegeu 400 prefeitos (um aumento de 114%). O PT foi o partido que mais votos recebeu para prefeito nos 5.562 municípios brasileiros. Embora esteja longe de conquistar o maior número de administrações, é preciso registrar que o PT foi a que mais cresceu nesse quesito, quando comparado ao total de cidades em que venceu no pleito anterior (Cremonese, 2005, p. 37).

É perceptível o protagonismo do partido tanto em termos de votação como de cadeiras conquistadas: se em 2000 conquistou 187 prefeituras, 4 anos depois, ampliou para 410. Em 2004, o PT recebeu o maior quantitativo de votos do país para prefeito; além disso, foi o partido que mais cresceu em comparação com a eleição de 2000. Para Miguel e Machado (2007), tais números resultam do aumento no número de candidatos, afinal,

Em 2000, o PT disputou as prefeituras em 2.732 municípios (51,9%), menos que o PDT e pouco mais que o PPS, duas agremiações de esquerda, mas com muito menos peso no cenário nacional. Em 2004, o PT apresentou uma capilaridade muito maior. Disputou as prefeituras em 4.741 municípios, um salto de 73,5% em relação às eleições de 2000 (Miguel; Machado, 2007, p. 762).

Isso indica que o lançamento de 73,4% de candidatos a mais que em 2000 pode ter contribuído para o crescimento em 2004¹¹. Além disso, é importante indicar que os votos no partido aumentaram, principalmente, nas cidades das regiões Norte e Nordeste, em que o desempenho, até então, não era considerado bom. O partido venceu a eleição em nove capitais; destas, oito faziam parte das duas regiões.

Em 2008, a popularidade do presidente Lula, superior a 60%, impactou o desempenho eleitoral do partido: o PT conseguiu maior crescimento no número de

¹¹ Mesmo sendo o campeão em número de votos, o PT conquistou a 6ª posição em número de prefeitos eleitos, ficando atrás dos partidos PMDB – 1059; PSDB – 870; PFL – 790; PP – 551; PTB – 421 (Miguel; Machado, 2007).

prefeitos nas regiões Norte e Nordeste; por outro lado, diminuiu o número no centro-sul (Terron; Soares, 2010). Por fim, o crescimento eleitoral municipal do PT atinge seu ápice no pleito de 2012, evidenciando uma combinação de elementos associados a estrutura e organização interna, força de sua militância, profissionalização política, desenvolvimento de políticas públicas e os bons resultados das eleições presidenciais (além da popularidade de sua principal liderança, Lula). O PT conquistou o maior número de prefeitos e vereadores de sua história, porém, ficou atrás do PMDB e do PSDB.

O ponto de inflexão nessa trajetória petista, que emerge com as turbulências econômicas e se aprofunda com a crise política (passando pelos impactos da Operação Lava Jato) que resultou no *impeachment* de Dilma Rousseff, se dá no pleito municipal de 2016, que interrompe mais de 30 anos de crescimento contínuo do partido nas eleições municipais e revela um significativo declínio. Nicolau (2020) aponta que, nos municípios que possuem entre 150 mil e 500 mil habitantes, o partido decaiu de 10% para 4% dos votos em 2016, ou seja, a perda mais expressiva se deu nas cidades médias.

Naquele pleito, outros partidos tradicionais, como DEM e PTB, também diminuíram o número de eleitos; assim, tem-se uma crise generalizada do sistema partidário. No entanto, o PT declinou 60,76% em relação às prefeituras e 46%, no número de vereadores. Já no ano de 2020, Butarelli (2023) sugere que, diante do crescimento de partidos apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro (PP, PSD, DEM, PL, Republicanos, Podemos e PSL)¹² e da prisão de Lula (revista posteriormente), o partido intensificou o declínio. O autor ressalta que o partido perdeu a eleição em cidades emblemáticas, redutos políticos do PT, como Santo André e São Bernardo.

Novos partidos, conhecidos por sua pragmática busca por alianças e cargos, consolidaram-se como peças-chave na formação de coalizões e na governabilidade municipal. Nesse sentido, tanto a ascensão de partidos de direita como o bom desempenho do Centrão foram indicativos de uma reconfiguração do cenário político, que se confirmou nas eleições gerais de 2022. Desse modo, Marengo e Ten Cate (2021) indicam que

O quadro partidário desenhado pelos votos municipais parece destacar, principalmente, dois resultados: [I] perda de governos locais por partidos que em comum constituem os herdeiros da Constituição-88 (PMDB, PSDB, PT, PDT) e [II] um crescimento da constelação de legendas representadas no chamado centrão. O estudo aponta que fatores como população municipal, a votação presidencial e o recebimento de auxílio emergencial afetaram de formas distintas o desempenho partidário municipal (Marengo; Ten Cate, 2021, p. 25).

Por fim, nas eleições municipais de 2024, realizadas após a revisão de processo contra Lula e sua eleição para presidente em 2022, o PT conseguiu interromper o cenário de declínio e apresentou uma leve recuperação ao eleger 252 prefeitos, ante os 182 da eleição anterior, e 3128 vereadores e vereadoras em todo o Brasil, ou seja, 463 representantes a mais do que nas eleições municipais de 2020, quando o PT elegeu 2665 representantes nas câmaras municipais. Tais números parecem indicar uma recuperação política e eleitoral do partido em todo o país, embora os resultados dos novos pleitos é que poderão confirmar se o partido se encaminha para um novo ciclo de crescimento ou este foi um resultado momentâneo (Azevedo; Terron, 2025).

¹² Partidos de esquerda como PDT, PSB, PV, PC do B e PMN também diminuíram o número de prefeituras. O PMDB também diminuiu: 1044 para 744. Porém, continuou com o maior número.

De toda forma, vale destacar que o PT passou a ter representantes nas câmaras municipais em todos os 26 estados da federação e voltou a comandar uma capital, com a vitória petista em Fortaleza (CE). Quanto aos vereadores, destaca-se que os estados em que o partido teve melhor desempenho foram o Piauí, com 522 eleitos, seguido da Bahia, com 422; Ceará, com 384; Minas Gerais, com 362; Rio Grande do Sul, com 361; São Paulo, com 165; Santa Catarina, com 142; Pernambuco, com 125; e o Paraná, com 121 eleitos.

A partir desses dados e análise, que revelam a trajetória do PT nas eleições municipais de todo o país desde sua origem até o último pleito, indicando dois momentos evidentes, procuramos discutir, na próxima seção, como tal dinâmica se desenvolveu nas eleições municipais de Mato Grosso do Sul.

Um partido dos trabalhadores num estado agrário e conservador? O desempenho eleitoral do PT nos municípios sul-mato-grossenses

Nos últimos anos, os estudos sobre a política sul-mato-grossense apresentam um relativo crescimento, como indicam os trabalhos de Bittar (2009), Miranda, Silva e Miranda (2019), Silva (2019), Chagas (2022), Butarelli (2023) e Silva (2025). Apesar disso, inúmeras dimensões e temáticas ainda podem ser desenvolvidas. Também no que se refere a estudos dos partidos e sistema partidário estadual, começam a emergir trabalhos que destacam seus principais elementos e contribuem para a compreensão desse tema e de sua interação com o sistema partidário nacional, como os de Barbosa e Silva (2012), Miranda (2025), Nantes e Silva (2025), dentre outros.

Um dos componentes fundamentais da política estadual, presentes nesses e em outros trabalhos, é a hegemonia das elites agrárias, derivada de sua história, da estrutura fundiária e do peso econômico do agronegócio que impulsiona as principais lideranças e influencia as dinâmicas políticas e eleitorais, como apontam os trabalhos de Bittar (2009)¹³, demonstrando sua atuação na criação do estado e ocupação do aparelho estatal; ou o de Fialho (2014), que indica a presença econômica e política¹⁴ dessas elites. Tal importância nos possibilita compreender melhor os limites e os desafios para a inserção política e eleitoral do PT no estado.

De todo modo, vale observar que o sistema partidário no estado, como apontam Silva (2019) e Nantes e Silva (2025) acompanha a dinâmica geral do sistema partidário brasileiro, na qual ocorre uma reconfiguração da lógica bipartidária da ditadura militar para uma multipartidária, consolidada nos anos 1990, em que se destacam sete partidos médios: PMDB, PSDB, DEM, PTB, PT, PDT e PP. Esse sistema também parece sofrer, na atualidade, uma reconfiguração, assim como o sistema partidário nacional. Na primeira eleição ocorrida no estado, em 1982, o partido herdeiro da ARENA, o PDS, elegeu 32 prefeitos e 329 vereadores, enquanto o PMDB

¹³ Nesse sentido, Bittar (2009, p. 438) aponta que, “quanto à oligarquia rural aqui analisada, podemos concluir que foi protagonista de dois grandes feitos da história de Mato Grosso do Sul: a) divisionismo, que redundou na criação do próprio estado; b) o processo que poderíamos chamar de “revolução silenciosa”, isto é, a elevação do gado nelore à condição de maior e melhor do país. Quanto ao aspecto político, manteve hegemonia incontestável até 1998, quando, então, por esgotamento de seus quadros, encerrou um ciclo de poder que, na época, foi sintetizado com a autocrítica do ex-governador José Fragelli: ‘A nossa geração falhou mesmo’”.

¹⁴ Nesse sentido, Fialho (2014, p. 157) indica que, “a hegemonia política no Mato Grosso do Sul, a partir de sua formação como novo estado ao final da década de 1970, continuou basicamente bipartidária, como já o era quando o estado fazia parte do Mato Grosso. Esta hegemonia era dividida entre a elite agrária e setores do comércio e do serviço público urbano. Os expoentes desta conformação política na ocasião eram Wilson Barbosa Martins, um dos fundadores do MDB e depois liderança do PMDB, e Pedro Pedrossian, advindo da ARENA, que no processo de redemocratização do Brasil se transformou no PDS, filiando-se depois ao PTB”.

conquistou 18 prefeituras e elegeu 261 vereadores, ou seja, o estado não acompanhou boa parte do país em que predominou o voto peemedebista. Nessa eleição, o PT lançou candidatos a vereadores em 15 municípios: Anastácio; Aquidauana; Bodoquena; Dourados; Jardim; Miranda; Nova Andradina; Taquaruçu; Bela Vista; Campo Grande; Corumbá; Jaraguari; Ladário; Porto Murtinho e Três Lagoas (as últimas sete cidades elencadas tiveram candidatos apenas a vereador). Desses 15, em 8 lançou candidato à prefeitura, mas não conseguiu eleger nenhum representante (Butarelli, 2023).

Em 1985, dos 64 municípios do estado, 14 tiveram eleições para prefeito por serem considerados áreas de segurança nacional. O PT lançou candidato em Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas e, novamente, não elegeu nenhum representante. Assim, apontamos que o quadro geral do desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais do estado ocorreu da seguinte forma:

Tabela 2 – Quantitativo de prefeitos e vereadores eleitos pelo PT no Mato Grosso do Sul

Eleições	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012	2016	2020	2024
Nº de municípios	72	73	77	77	78	78	78	78	78	79
Prefeitos eleitos	1	0	3	11	18	10	12	0	0	0
Variação	-	-1	+2	+7	+7	-7	+2	-12	-	-
Percentual	1,38	0,00	2,59	12,99	21,79	12,82	15,38	0,00	0,00	0,00
Vagas de vereadores	704	777	785	787	721	721	833	845	845	856
Vereadores eleitos	4	7	25	85	133	76	99	10	26	37
Variação	+4	+3	+12	+33	+21	-19	+6	-23	-14	+11
Percentual	0,56	0,90	3,18	10,80	18,44	10,54	11,88	4,73	3,07	4,3

Fonte: TSE; elaboração dos autores (2026)¹⁵

A partir do quadro, constata-se dois momentos distintos da trajetória petista: um com um crescimento contínuo, embora menos acentuado que a dinâmica nacional, que vai de 1988 (quando elege o primeiro prefeito) até 2004 (quando consegue eleger 18 e se mantém relativamente estável em 2008 e 2012); e outro, também evidente, de profundo retraimento eleitoral, desde a eleição de 2016, em que o partido não consegue eleger nenhum prefeito no estado. No caso de vereadores, o desempenho é semelhante: com um crescimento contínuo até 2004, uma relativa estabilidade em 2012 e 2016 e uma queda significativa em 2020, seguida de uma pequena recuperação em 2024.

Diante disso, destacamos que o PT elegeu seu primeiro prefeito em 1988, a saber, Anilson Rodrigues de Souza, no município de Amambai. Além dele, o partido elegeu quatro vereadores: José Liberato da Rocha (em Amambai), Aladio Jorge Aranda (em Aquidauana), Walmir Batista Correia (em Corumbá) e Antônio José dos Santos (em Vicentina). Já em 1992, o partido não elegeu prefeitos, embora tenha lançado candidatos em 39 municípios e conquistado 7 mandatos de vereadores, contribuindo para a consolidação da dinâmica multipartidária no estado, pois, nesse pleito, 10 partidos distintos elegeram prefeitos e 14 vereadores.

A partir de 1992, como podemos observar, começa o ciclo de crescimento que se acentuará a partir da próxima eleição, representado pela eleição de sete vereadores, embora não tenha elegido nenhum prefeito. Em 1996, o partido

¹⁵ Parte da tabela foi apresentada na dissertação de mestrado de um dos autores, no caso, Butarelli (2023). Cf. referências.

acompanhou o desempenho eleitoral do cenário nacional, conquistou 3 prefeituras no estado e elegeu 25 vereadores. Dessa forma, Irimar Carvalho Costa foi eleito em Aral Moreira (embora tenha mudado de partido ao longo do mandato); em Porto Murtinho, Myriam Conceição Silvestre dos Santos; e, por fim, em Mundo Novo, Dorcelina de Oliveira Folador, ligada às pastorais da igreja católica e militante do movimento sem-terra. No entanto, Dorcelina não terminou seu mandato, pois foi assassinada em 31 de outubro de 1999, devido a conflitos agrários (Butarelli, 2023).

Antes de seguir adiante, vale destacar que trabalhos como os de Kerbaudy (2009), Lavareda e Telles (2016) mostram que os governadores têm uma influência significativa nas eleições municipais e o partido do governador tende a ter um bom desempenho se for bem avaliado. Além disso, os partidos governistas podem usar a máquina estatal, através de cargos e recursos, aumentando sua possibilidade de sucesso na disputa eleitoral municipal. Ainda, Cervi (2014) aponta que os partidos que recebem o apoio do presidente tendem a melhorar os resultados eleitorais e os aspectos organizacionais; assim, tal apoio pode contribuir para a melhoria de seu desempenho eleitoral.

No Mato Grosso do Sul, tais argumentos parecem se confirmar, afinal, entre 1982 e 2018, o partido do governador elegeu a maioria das prefeituras, com exceção da eleição de 2000. Nesse sentido, Butarelli (2023) ressalta que o PMDB de Wilson Barbosa Martins e Marcelo Miranda, governadores eleitos, respectivamente, em 1982 e 1986, conquistou 14 (87,5%) prefeituras em 1985 e 26 (36,11%) em 1988. Em 1992, o PTB de Pedro Pedrossian conquistou 20 (25,97%) prefeituras, enquanto, em 1996, o PMDB de Wilson Martins venceu em 28 (36,36%) municípios. Já no final dos anos 1990, o PSDB foi o partido que mais cresceu no estado, demonstrando a relevância do governo federal, pois saiu de 2 prefeituras, em 1992, para 19, em 1996, e, principalmente, 23, nas eleições municipais de 2000.

No caso do PT, a conquista do governo do estado, em 1998, parece ser um fator importante, que será impulsionado, com a primeira eleição de Lula em 2002, para o crescimento significativo do partido nas prefeituras do estado, ampliado na eleição seguinte. Se considerarmos os resultados das eleições de 1996 e 2000, notaremos que o PT ampliou de 3 para 11 prefeituras¹⁶ e aumentou de 25 para 85 vereadores no estado, distribuídos em 49 municípios, embora não tenha alcançado a maioria das prefeituras, ficando atrás do PSDB, que conquistou 23, e do PMDB, com 25. Tal desempenho revela uma maior capacidade organizativa e de embate eleitoral do partido.

De toda forma, tal dinâmica coincide com o que aponta Kinzo (2004) sobre o desempenho ao indicar que o PT foi um dos partidos que mais cresceu em eleições municipais, afinal, “a proporção de municípios brasileiros em que saiu-se vencedor na disputa para o executivo municipal triplicou entre 1992 e 2000” (Kinzo, 2004, p. 26). Ao comparar as eleições de 1996 e 2000, a autora ressalta que o PT apresentou o maior crescimento em número de prefeitos (62%) e o segundo em número de vereadores (48%), com destaque para a região Centro-Oeste. No Mato Grosso do Sul, esses números são maiores: o aumento percentual de prefeitos eleitos foi de 400% e o de vereadores, 240% (Butarelli, 2023). Além disso, é preciso considerar que tal dinâmica eleitoral, em termos nacionais, apresentou crescimento significativo até as eleições de 2012, atingindo o ápice de 636 prefeitos e 5067 vereadores, enquanto no Mato Grosso do Sul o crescimento se deu entre 1982 e 2004.

¹⁶ Prefeituras conquistadas em 2000: Dourados, Mundo Novo, Caracol, Deodápolis, Corguinho, Dois Irmãos do Buriti, Pedro Gomes, Ponta Porã, Porto Murtinho, Tacuru e Iguatemi.

Em 2004, oito partidos conquistaram prefeituras no estado. Das 78, 18 (23%) passaram a ser governadas pelo PT, além da ampliação de sua bancada de vereadores, com 133 eleitos. Nesse ano, as prefeituras conquistadas foram: Japorã, Miranda, Pedro Gomes, Bataguassu, Santa Rita do Pardo, Dourados, Cassilândia, Corguinho, Corumbá, Dois Irmãos do Buriti, Itaquiraí, Jaraguari, Mundo Novo, Nova Alvorada do Sul, Novo Horizonte do Sul, Rio Negro, Rio Verde de Mato Grosso e Vicentina. Para tentarmos entender esse crescimento, indicamos que ele se deu por um conjunto de fatores, em que se destacam a influência do reeleito governador Zeca do PT (em 2002), a eleição de Lula (no mesmo ano) e maior capilaridade e capacidade organizativa do partido. Vale destacar que, quanto ao número de votos, o partido foi o mais votado no cenário nacional, enquanto no estadual, ao receber 336944 (28,12%), ficou atrás apenas do PMDB, que conquistou 348729 (29,10%).

Em 2008, o cenário estadual não acompanha o cenário nacional, com o partido perdendo quase metade das prefeituras que havia conquistado. Nesse sentido, considerando os dados apresentados por Kerbauy (2009), verificamos que o Centro-Oeste foi a região com menor número de petistas eleitos e que, no estado, o PT conquistou 10 prefeituras e 76 vereadores, ou seja, reduziu, respectivamente, em 44,4% e 42,85% o número de eleitos. Dentre os 10 partidos que elegeram prefeitos, vale destacar que o PMDB, partido do governador eleito em 2006, foi o principal vencedor, conquistando 28 prefeituras e elegendo 146 vereadores (Silva, 2019). Assim, a derrota na eleição para governador em 2006 parece ter contribuído para o declínio eleitoral do partido no estado em 2008. Para Butarelli (2023),

Nove prefeitos petistas tentaram a reeleição, sendo que sete foram reeleitos: Bataguassu, Corumbá, Itaquiraí, Japorã, Nova Alvorada do Sul, Rio Negro e Santa Rita do Pardo. Em Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso, não foram reeleitos. Em três cidades, o partido tentou eleger o substituto do prefeito, porém, conseguiu apenas em Dois Irmãos do Buriti e perdeu em Dourados e Mundo Novo. Em outras três cidades, Cassilândia, Corguinho e Miranda, o partido não lançou candidatos. Ainda, venceu em Ladário e Bela Vista. Com 10 conquistas, atingiu a terceira colocação no número de eleitos (Butarelli, 2023, p. 108).

Em 2012, acompanhando o desempenho nacional, o PT voltou a crescer com as conquistas de 12 prefeituras (15,19%): Antônio João, Brasilândia, Caracol, Corumbá, Deodápolis, Eldorado, Japorã, Ladário, Miranda, Mundo Novo, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso. Ainda, elegeu 99 (11,88%) vereadores. Tais dados indicam que o PT empatou com o PSDB tanto em número de prefeituras como de vereadores, sendo que ambos ficaram atrás apenas do PMDB, partido do governador André Puccinelli, reeleito em 2010 (Butarelli, 2023).

A partir disso, a dinâmica nacional e estadual se inverte, com o partido e o seu governo enfrentando diversos problemas econômicos e políticos, que levarão a um retraimento eleitoral. Em 2016, a crise política afetou os resultados petistas em todo o país, o que é reforçado por Nicolau (2020) e Melo (2022), que acrescentam, porém, que tal crise afetou igualmente outros partidos tradicionais, como DEM e PTB, que também perderam espaço político. No entanto, nota-se que o declínio petista parece ter sido o mais acentuado, já que o partido perdeu 60,76% das prefeituras e 46% das vagas no Legislativo municipal que ocupava. Naquele ano, além do *impeachment* de Dilma, vale destacar a perda de mandato de Delcídio do Amaral, o que afetou o desempenho do partido no estado, fazendo com que o PT não tenha conseguido eleger nenhum prefeito e diminuído sua bancada de vereadores de 99 para 40.

Outro fator que ajuda a explicar tal declínio refere-se aos problemas organizacionais e, principalmente, à saída de lideranças municipais do partido, pois,

entre 2012 e 2016, das 12 cidades que eram governadas pelo PT, 5 prefeitos tentaram a reeleição em outros partidos: Caracol, Corumbá, Japorã, Pedro Gomes e Rio Verde de Mato Grosso. Por outro lado, dos 79 municípios do estado, o PT lançou candidatos a prefeito apenas em 8. Trabalhos como os de Butarelli (2023) e Nantes e Silva (2025) indicam a fraqueza do PT como partido nos municípios, afinal, não renovou suas lideranças, não solidificou suas bases nos movimentos sociais e não teve candidatos capazes de participar das disputas eleitorais. Apesar disso, o partido conseguiu eleger cerca de 40 vereadores. Em 2016, 12 partidos elegeram prefeitos, embora o PT não tenha conseguido nenhum, e o PSDB, partido governista, foi o maior vitorioso, conquistando 36 prefeituras no estado.

Se os resultados foram ruins em 2016, quatro anos depois pioraram. Além de continuar sem eleger prefeitos, o partido reduziu ainda mais o número de vereadores, de 40 para 26, demonstrando sua fragilidade em termos municipais, inclusive na capacidade de lançamento de candidatos. Em 2020, 12 partidos conquistaram prefeituras e o PSDB, ao vencer em 37 municípios, conquistou o maior número. Já em 2024, o PT conseguiu atenuar a queda e apresentou, em termos nacionais, uma pequena recuperação, que ainda é incipiente para indicar (ou não) o início de um novo ciclo eleitoral virtuoso por aumentar o número de prefeituras no Brasil. No Mato Grosso do Sul, pela terceira eleição consecutiva, o partido não elegeu prefeitos, mas ampliou sua bancada elegendo 37 vereadores, 11 a mais em comparação com 2020. Novamente, o PSDB, partido do governador do estado, foi o que mais elegeu prefeitos e vereadores, respectivamente, 44 e 261.

Diante do exposto, observamos que, entre as eleições de 1982 e 2024, 25 partidos elegeram prefeitos no estado, e o PMDB ocupa a primeira posição, seguido do PSDB, PFL (DEM) e PTB ao elegerem, respectivamente, 218, 155, 77 e 65 prefeitos. O PT e o PDT dividem a quinta colocação ao elegerem 55 prefeitos, cada. Nesse período, o PT comandou 28 cidades diferentes, porém, nunca elegeu o prefeito da capital, embora tenha participado do segundo turno. Ainda, destaca-se que, em Mundo Novo e Japorã, venceu quatro eleições.

Quanto às disputas ao Legislativo, o PMDB também ocupa a primeira posição, seguido do PSDB, PFL (DEM) e PTB ao elegerem, respectivamente, 1842, 1291, 954 e 659 vereadores. O PDT ocupa a quinta colocação com 648 eleitos, enquanto o PT ocupa a sexta, pois conquistou 546 vagas nas câmaras municipais do estado. Tais elementos realçam sua importância no quadro partidário estadual, embora não tenha alcançado a mesma projeção que no plano nacional.

Considerações finais

Este trabalho procurou analisar a dinâmica eleitoral do PT nas eleições municipais de Mato Grosso do Sul entre 1982 e 2024. Para tanto, apresentou os resultados em âmbito nacional e estadual, destacando os ciclos de ascensão e declínio eleitoral e discutindo algumas variáveis que nos ajudam a compreender tal dinâmica e sua interação com o desempenho nacional do partido. Para tanto, procuramos discutir os principais elementos relacionados aos ciclos eleitorais e a dinâmica do sistema partidário brasileiro contemporâneo, destacando as suas reconfigurações e a consolidação de um sistema multipartidário em que o PT ocupou um papel importante.

A partir disso, discutimos a trajetória eleitoral municipal do partido em termos nacionais, procurando evidenciar dois momentos. No primeiro ciclo, entre 1982 e 2012, percebemos um crescimento contínuo nas eleições municipais, obtendo os melhores resultados entre os anos em que comandou o Poder Executivo nacional

(2002 a 2012). Em seguida, observamos um segundo ciclo, entre 2016 e 2020, de um retraimento acentuado nos pleitos municipais, coincidindo com sua crise política em razão da Operação Lava Jato, do *impeachment* de Dilma e do aumento de um sentimento antipetista amplificado pela nova direita brasileira. Porém, esse processo de retraimento foi revertido, ainda que parcialmente, nas eleições municipais de 2024, em que o PT apresentou uma relativa recuperação.

Já no cenário estadual, podemos apontar semelhanças com tal dinâmica, pois também observamos esses ciclos e destacamos que o ápice de seu crescimento se deu em 2004, quando o partido governava o estado e possuía as maiores bancadas no Legislativo, além de ser o detentor da presidência da República e ter alcançado uma maior capilaridade organizacional nacional. Isso parece convergir tanto com a literatura como com o desempenho local de outros dois partidos, o PMDB e o PSDB, que, enquanto foram detentores do Poder Executivo estadual ou nacional, conseguiram impulsionar o desempenho eleitoral municipal.

Contudo, após deixar o governo estadual (2006), o partido viu diminuir o número de prefeitos e vereadores e, a partir de 2016, as perdas no estado foram ainda maiores, pois, desde então, não conseguiu eleger prefeito em nenhum município, embora tenha melhorado o número de vereadores eleitos no último pleito. Dessa forma, pode-se perceber que, no caso local, a ascensão eleitoral municipal do partido antecedeu a lógica nacional; por outro lado, seu declínio, desde 2016, foi mais acentuado e com maior dificuldade de recuperação do que no plano nacional.

Vale destacar que o PT local continuou elegendo deputados estaduais e federais, demonstrando um consistente desempenho eleitoral, apesar de sua fragilidade municipal tanto eleitoral como organizacional. Desse modo, apesar de possuir líderes estaduais que possuem um relativo capital político e apresentam bom desempenho eleitoral, o partido parece não contar com líderes nos municípios com capital político e capilaridade eleitoral.

Apesar disso, o partido desempenhou um papel relevante na política estadual e pode ser apontado como um dos principais partidos do sistema partidário local, considerando seu desempenho eleitoral e os cargos que conquistou. No entanto, a manutenção de tal relevância e importância depende de sua renovação e reinserção organizacional e, principalmente, da recuperação e melhoria de seu desempenho eleitoral nas eleições municipais no estado.

Referências

AZEVEDO, Daniel Abreu; TERRON, Sonia. Eleições municipais de 2024 no Brasil: o que podemos entender do voto em escala? **GEographia**, v. 27, n. 58, 2025.

BARBOSA, Tiago Alexandre Leme; DA SILVA, Marcos Antonio. Partidos e eleições no Mato Grosso do Sul. **Paraná Eleitoral: Revista Brasileira de Direito Eleitoral e Ciência Política**, v. 1, n. 1, 2012.

BARRETO, Álvaro Augusto de Borba. Reeleição para o Executivo municipal no Brasil (2000-2008). **Revista Debates**, v. 3, n. 2, p. 97-107, 2009.

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BEZERRA, Carla de Paiva. Os sentidos da participação para o Partido dos Trabalhadores (1980-2016). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, 2019.

BEZERRA, Gabriella Maria Lima; VIEIRA, Márcia Paula. Interpretações e poderes em disputa: o ressurgimento do Centrão na política brasileira. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 10, n. 1, p. 36-59, 2022.

BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul**: a construção de um estado. Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

BOLOGNESI, Bruno. Como medir ideologia partidária? **Revista de Sociologia e Política**, v. 32, p. e016, 2024.

BOLOGNESI, Bruno; RIBEIRO, Ednaldo; CODATO, Adriano; SILVA, Bruno Fernando da. O desaparecimento do centro ideológico no sistema partidário brasileiro: a classificação mais atualizada dos experts. **Opinião Pública**, v. 31, p. e31120, 2025.

BORGES, André. As duas faces da nova direita brasileira: antipolítica e reação conservadora. **Opinião Pública**, v. 30, p. e3018, 2024.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 43-73, 2010.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano M.; FERNANDES, Jean Lucas M. Dinâmicas de funcionamento e controle do poder nos partidos políticos: os casos do PT e PSDB no estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, 2018.

BUTARELLI, Giovani. **A ascensão e o declínio relativo do Partido dos Trabalhadores**: uma análise da trajetória política-eleitoral do PT em Dourados (1982-2020). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2023.

CARREIRÃO, Yan de S. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 255-295, 2014.

CARREIRÃO, Yan de S.; NASCIMENTO, Fernanda Paula. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. **Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política**, v. 21, n. 2, 2012.

CARVALHO, Guilherme Augusto Batista. A esquerda aceitável: a transição do PT para o reformismo no contexto das eleições de 1994, 1998 e 2002. **Global Journal of Human Social Science**, v. 16, n. 2, p. 19-33, 2016.

CHAGAS, Wagner Cordeiro. **Uma história política de Mato Grosso do Sul (1977-2022)**. Dourados: Seriema, 2022.

CERVI, Emerson Urizzi. Eleições casadas, votos solteiros e PT em namoro eleitoral com PSDB: uma descrição da tendência de polarização das eleições presidenciais entre 1994 e 2014. **Revista Debate**, v. 6, n. 6, p. 25-46, 2014.

COUTO, Claudio G. *et al.* As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. **Cadernos Adenauer** [Candidatos, partidos e coligações nas eleições municipais de 2012] Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2013.

CREMONESE, Dejalma. Eleições 2004: uma análise do desempenho partidário no Brasil. **Revista Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 36-51, 2005.

FERREIRA, Denise P.; BATISTA, Carlos M.; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: números de partidos e votação no plano subnacional (1982-2006). **Revista Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 432-453, 2008.

FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio O. (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FIALHO, Fernanda (org.). **Mato Grosso do Sul (2000-2013)**. São Paulo: FPA, 2014.

FONTES, Paulo; POMAR, Valter. **História do petismo**, v. 1. São Paulo: ELAHP, 2025.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

KECK, Margaret E. **PT – a lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As eleições municipais de 2008: federações partidárias ou partidos nacionais. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, 2009.

KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa**, Lisboa, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

MARENCO, André; TEN CATE, Lidia. Votos, partidos e pandemia: o que os resultados de 2020 projetam para o futuro? **Cadernos Adenauer** [Impactos das eleições 2020 e da pandemia no Brasil], Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 25-38, 2021.

MELO, Carlos. R. Sistema partidário, presidencialismo e reforma política no Brasil. *In*: SOARES, Glaucio A; RENNÓ JUNIOR, Lucio (org.). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

MELO, Carlos R. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 13-41, 2012.

MELO, Carlos R. Nau sem rumo? O sistema partidário brasileiro pós-democratização. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 75-90, 2022.

MENEGOZZO, Carlos H. M. **Partido dos Trabalhadores**: bibliografia comentada (1978- 2002). São Paulo: FPA, 2013.

MENEGUELLO, Rachel. **PT**: a formação de um partido (1979-1982). São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Revista Dados**, v. 50, n. 4, p. 757-793, 2007.

MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de; SILVA, Marcos Antonio da; MIRANDA, Vitor Gracia. **Os (des)caminhos da política no Mato Grosso do Sul**: tradição, continuidade e mudanças. Campo Grande: Editora UFMS, 2019.

MIRANDA, Daniel Estevão Ramos de. O Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) em Mato Grosso do Sul: a construção de uma hegemonia. *In*: SILVA, Marcos Antonio da (org.). **A ciência da política**: eleições, partidos e elites políticas em Mato Grosso do Sul. São Carlos: Pedro & João, 2025.

NANTES, Yasmin K. S.; SILVA, Marcos A. Multipartidarismo e relativa estabilidade: o desempenho eleitoral dos partidos políticos nas eleições municipais em Mato Grosso do Sul (1992-2020). *In*: SILVA, Marcos Antonio da (org.). **A ciência da política**: eleições, partidos e elites políticas em Mato Grosso do Sul. São Carlos: Pedro & João, 2025.

NICOLAU, Jairo M. Partidos e sistemas partidários: 1985-2009. *In*: MARTINS, Carlos B.; LESSA, Renato. **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: ciência política. São Paulo: Anpocs, 2010.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita**: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: UFSCar, 2008.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio: Zahar, 1984.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. Cotia: Ateliê Editorial, 2018.

SILVA, Glauco Peres da. Eleições em tempos de incerteza: a reconfiguração do sistema partidário brasileiro e o papel da disputa de 2026. **Estudos Avançados**, v. 40, n. 117, p. e40117007, 2026.

SILVA, Marcos Antonio da. **A dinâmica eleitoral em Mato Grosso do Sul (1978-2018)**: eleições, partidos e governos. Curitiba: CRV, 2019.

SILVA, Marcos Antonio da (org.). **A ciência da política**: eleições, partidos e elites políticas em Mato Grosso do Sul. São Carlos: Pedro & João, 2025.

SOUZA, Ailton. A variação ideológica dos partidos políticos brasileiros: entre estabilidade e volatilidade. **Revista Inter-Legere**, v. 6, n. 38, p. c32695-c32695, 2023.

TALIBERTI, Júlio. **Federações partidárias e o sistema partidário brasileiro**. São Paulo; Nova York; Madri: Dialética, 2024.

TAROUCO, Gabriela da Silva. Brazilian parties in the XXI Century and the Conservative Agenda of the New Right. **Desafios**, v. 36, n. 2, 2024.

TERRON, Sonia Luiza; SOARES, Gláucio Ary Dillon. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Revista Opinião Pública**, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

THOMAS, Elói Felipe de Oliveira. Formação do Partido dos Trabalhadores em Cuiabá (1979-1985). **Revista Temporalidades**, v. 10, n. 2, p. 73-85, 2018.

ZOLNERKEVIC, Aleksei; GUARNIERI, Fernando. Eleições municipais de 2016 e 2020 em São Paulo: resultados diferentes, alinhamentos iguais. **Opinião Pública**, v. 29, n. 1, p. 133-165, 2023.

Informações complementares

Descrição		Declaração
Financiamento		Não se aplica.
Aprovação ética		Não se aplica.
Conflito de interesses		Não há.
Disponibilidade dos dados de pesquisa subjacentes		Este trabalho não é um <i>preprint</i> e os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos neste artigo.
Uso de Inteligência Artificial		Não há.
CrediT	Giovani Butarelli	Funções: conceitualização, curadoria de dados, análise formal, investigação e escrita – rascunho original.

	Marcos Antonio da Silva	Funções: conceitualização, administração do projeto, supervisão, validação, escrita – revisão e edição.
--	-------------------------	---

Avaliadores: Os avaliadores optaram pela avaliação fechada e pelo anonimato.

Revisora do texto em português: Jéssica Rejane Lima.

Revisora do texto em inglês: Patrícia Luciano de Farias Teixeira Vidal.

Revisora do texto em espanhol: Jéssica Rejane Lima.

Como citar (ABNT):

BUTARELLI, Giovani; SILVA, Marcos Antonio da. Ascensão, declínio e recuperação relativa: o desempenho do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições municipais no Mato Grosso do Sul (1982-2024). **Revista Sítio Novo**, Palmas, v. 10, p. e2295, 2026. DOI: 10.47236/2594-7036.2026.v10.2295. Disponível em:

<https://sitionovo.ifto.edu.br/index.php/sitionovo/article/view/2295>.